

PARECERES AMT SOBRE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) emitiu parecer quanto à contratualização de **serviços e tarifários de transporte público de passageiros**¹:

- Parecer n.º 64/2026 – Parecer prévio vinculativo sobre as peças do procedimento pré-contratual para a celebração de contrato de serviço público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Comunidade Intermunicipal do **Algarve**;
- Parecer n.º 61/2026 - Parecer prévio vinculativo relativo ao Adicional ao Contrato n.º 27/2020, respeitante à aquisição de serviços complementares de transporte rodoviário de passageiros na Área 4 da **Área Metropolitana de Lisboa**;
- Parecer n.º 60/2026 - Parecer relativo ao procedimento tendente à aquisição da prestação de serviço público de transporte urbano de passageiros em autocarro no Município de **Loulé**;
- Parecer n.º 57/2026 - Parecer relativo à nova versão do contrato de serviço público relativo ao **Sistema de Mobilidade do Mondego** celebrada entre o Estado Português e a Metro Mondego, S.A;
- Parecer n.º 56/2026 - Parecer prévio vinculativo relativo ao procedimento tendente à contratualização de serviços de transporte público flexível no Município de **Proença-a-Nova**, pela Comunidade Intermunicipal da **Beira Baixa**;
- Parecer n.º 54/2026 - Parecer prévio vinculativo relativo ao procedimento tendente à aquisição de serviços de transporte a pedido para o concelho de **Tomar** pela Comunidade Intermunicipal do **Médio Tejo**;
- Parecer n.º 53/2026 - Parecer Prévio Vinculativo quanto à contratualização da prestação de serviços de Transporte Flexível de Passageiros, designado por “ALBUS – Transportes Urbanos de **Albergaria**”;
- Parecer n.º 52/2026 - Parecer Prévio Vinculativo relativo ao procedimento tendente à contratualização de serviços de transporte público flexível no Município de **Idanha-a-Nova**, pela Comunidade Intermunicipal da **Beira Baixa**;
- Parecer n.º 50/2026 - Parecer Prévio Vinculativo quanto ao procedimento relativo ao concurso público para a subconcessão da operação e manutenção do **Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto**;
- Parecer n.º 49/2026 - Parecer Prévio Vinculativo quanto ao Contrato de Serviço Público entre o Estado e a **Metro do Porto**;
- Parecer n.º 47/2026 - Parecer sobre a Prestação de Serviço de Transporte Público de Passageiros de Substituição da **Metropolitano Ligeiro de Mirandela**;

COMUNICADO

- Parecer n.º 45/2026 - Parecer prévio vinculativo quanto às peças procedimentais relativas ao concurso público relativo à Prestação de Serviços de Transporte Urbano no Município do **Cartaxo**;
- Parecer n.º 40/2026 - Parecer quanto ao procedimento de contratação pública de aquisição de serviços de transporte a pedido para o concelho da Sertã, pela Comunidade Intermunicipal do **Médio Tejo**.

Quanto a **serviços e infraestruturas ferroviárias**ⁱⁱ, foram emitidos:

- Parecer n.º 63/2025 – Parecer prévio vinculativo sobre peças do procedimento relativas ao concurso para a concessão da exploração do Terminal Ferroviário de Mortágua, para a **Infraestruturas de Portugal, IP**;
- Parecer n.º 62/2026 – Parecer prévio vinculativo sobre as peças do procedimento relativas ao concurso para a concessão da exploração do Terminal de Mercadorias de Tadim, para a **Infraestruturas de Portugal, IP**;
- Parecer n.º 59/2026 - Decisão relativa à reclamação apresentada pela Associação Portuguesa de Empresas Ferroviárias sobre a 1ª Adenda do Diretório de Rede de 2027 e 2ª Adenda do **Diretório de Rede de 2026**;
- Parecer n.º 48/2026 - Parecer sobre Contrato-Programa entre o Estado e a **Infraestruturas de Portugal, IP**;
- Parecer n.º 46/2026 - Decisão relativa à reclamação apresentada pela Associação Portuguesa de Empresas Ferroviárias (APEF) quanto à cobrança e faturação da taxa de utilização da infraestrutura (TUI) relativa aos serviços ferroviários do Pacote Mínimo de Acesso constantes do **Diretório de Rede de 2024**;
- Parecer n.º 42/2026 - Parecer sobre as propostas de novo modelo de oferta regional na Linha do Algarve após eletrificação e de alteração do atual serviço urbano de Coimbra, no percurso Coimbra B – Figueira da Foz, para serviço regional, da **CP-Comboios de Portugal**;
- Parecer n.º 37/2026 - Parecer sobre a Homologação das Tabelas de Taxas dos Diretórios da Rede de 2024/2025/ 2026 da APDL – **Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A**;
- Parecer n.º 33/2026 - Parecer quanto ao estudo preliminar - “Concorrência no setor do transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em Portugal”, para a **Autoridade da Concorrência**.

Quanto a **serviços e infraestruturas portuárias**ⁱⁱⁱ e vias navegáveis interiores, foram emitidos:

- Parecer n.º 51/2026 - Parecer Prévio Vinculativo relativamente aos Aditamentos aos Contratos de Concessão do Terminal Multipurpose de Lisboa e do Terminal Multiusos do Poço do Bispo, associados aos constrangimentos operacionais do Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030 – APL – **Administração do Porto de Lisboa**;

COMUNICADO

- Parecer n.º 39/2026 - Parecer Prévio Vinculativo da AMT relativamente ao 2.º aditamento ao Contrato de Concessão de Exploração em Regime de Serviço Público do Terminal Multiusos do Poço do Bispo – APL – **Administração do Porto de Lisboa**.

Quanto a **serviços e infraestruturas rodoviárias**^{iv}, foram emitidos:

- Parecer n.º 41/2026 - Parecer sobre o enquadramento jurídico aplicável ao terminal rodoviário de passageiros provisório de **Leiria**;
- Parecer n.º 55/2026 – Parecer sobre a Operação de Concentração 24/2026 – Viator Invest*Família Paulo Duarte / Transporte Paulo Duarte, para a **Autoridade da Concorrência**.

Sem prejuízo do cumprimento de determinações que condicionam o sentido dos pareceres, foi confirmada, no que se refere a pareceres **favoráveis**, a adequação dos procedimentos ao enquadramento legal aplicável. Pelo contrário, nos pareceres 45/2026, 59/2026 e 46/2026, o sentido foi **desfavorável**.

A divulgação dos pareceres é efetuada, no sítio da internet da AMT¹, após a conclusão de todos os procedimentos administrativos e depois de salvaguardados os elementos sujeitos a confidencialidade e/ou segredo comercial.

Lisboa, 29-05-2026

ⁱ Código dos Contratos Públicos, Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro, Regulamento AMT n.º 430/2019, de 16 de maio, alterado pelo Regulamento n.º 273/2021, de 23 de março.

ⁱⁱ Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro, na redação atual, que aprova princípios e procedimentos de fixação e cobrança das taxas de utilização da infraestrutura ferroviária e de repartição da capacidade da infraestrutura ferroviária

ⁱⁱⁱ Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto, que estabelece o regime de operação portuária, alterado Decreto-Lei n.º 92/2024, de 25 de novembro e Decreto-Lei n.º 9/2022, de 11 de janeiro, que assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2017/352, que estabelece o regime da prestação de serviços portuários e regras comuns relativas à transparência financeira dos portos

^{iv} Decreto-Lei n.º 148/2019, de 18 de novembro e Lei n.º 19/2012, de 8 de maio.

¹ [Pronúncias e pareceres da Autoridade da Mobilidade e Transportes](#)